

SALÃO DE  
INICIAÇÃO CIENTÍFICA  
**XXIX SIC**  
  
**UFRGS**  
PROPESQ



múltipla   
**UNIVERSIDADE**  
inovadora  inspiradora

<b>Evento</b>	Salão UFRGS 2017: SIC - XXIX SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFRGS
<b>Ano</b>	2017
<b>Local</b>	Campus do Vale
<b>Título</b>	Cidade de muros: do regime escravo ao princípio educativo emancipatório
<b>Autor</b>	VICTORIA SILVA FERREIRA
<b>Orientador</b>	DANIELA DE OLIVEIRA PIRES

## **Cidade de muros: do regime escravo ao princípio educativo emancipatório.**

Acadêmica: Victoria Silva Ferreira

Orientadora: Daniela de Oliveira Pires

Instituição: Fundação Escola Superior do Ministério Público

A pesquisa possui como objetivo analisar os aspectos históricos do processo de transição da sociedade escravocrata para a assalariada, na conjuntura brasileira, por meio dos aspectos econômico sociais e educacionais e as implicações para a desigualdade histórica entre negros e brancos, especificamente para a comunidade negra rio-grandense, pertencente as classes de baixa renda. O estudo pretende demonstrar que o Brasil e especificamente o contexto do Município de Porto Alegre, foi construído a partir da égide do racismo, após 400 (quatrocentos) anos de escravidão e 127 (cento e vinte e sete) anos da Proclamação da República (1889) e que não possuiu o condão de estabelecer as condições materiais e sociais para promover a emancipação da comunidade negra. Nesta senda, os quilombos representavam espaços de luta e resistência dos escravos que conseguiam fugir das amarras da escravidão. Contemporaneamente, tem-se a promulgação do decreto nº 4.887/2003, que regulamentou em todo território nacional os procedimentos para identificação, delimitação, reconhecimento e titulação das terras ocupadas por comunidades quilombolas. Assim, as comunidades remanescentes de quilombos passam a ser reconhecidas, bem como amparadas pela legislação nacional. No caso de Porto Alegre, vislumbra-se uma situação específica, pois é um dos municípios da federação com o maior número de quilombos urbanos reconhecidos. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), na Síntese de Indicadores Sociais, os pretos e pardos eram a maioria da população brasileira em 2014, representando 53,6% da população. Entre os mais pobres, por outro lado, três em cada quatro são pessoas negras. Com relação ao processo educacional, os negros estudam em média 6,2 anos, contra 7,2 dos não-negros. Entre os analfabetos, somam 69%. Socialmente as diferenças também são ainda mais profundas, refletindo o preconceito que ainda persiste em nossa sociedade, pois segundo o instituto, os dados comparativos dos salários do ano de 2003 e 2013 demonstram que só em Porto Alegre uma pessoa com pele negra recebe R\$ 669,78 menos que outra de pele branca. Com relação a metodologia, o método de abordagem utilizado será o dedutivo, pois partiremos de uma premissa geral qual seja, a transição incompleta e inacabada do processo de escravidão, para uma premissa particular, a situação de desmazelo e subalternidade da comunidade negra porto-alegrense. As técnicas de pesquisa serão a análise bibliográfica e estatística referentes aos níveis educacionais e ao perfil socioeconômico da comunidade carcerária de Porto Alegre. A pesquisa encontra-se na fase de levantamento de dados bibliográficos, mas é possível concluir preliminarmente que as desigualdades são graves e evidentes e, afetam a capacidade de inclusão dos negros na sociedade brasileira, comprometendo o projeto de construção de um país democrático que visa atingir uma maior equidade entre as etnias, de modo que isto implica em consequências em diferentes momentos do ciclo de vida dos indivíduos, no que tange o acesso à educação, cristalizando-se no mercado de trabalho e, por consequência, no valor dos rendimentos obtidos e nas condições de vida como um todo. A alternativa viável para a superação dessa conjuntura social desigual é fortalecer a noção do trabalho como um princípio educativo e emancipatório na medida em que este viabiliza, uma travessia para relações sociais justas e igualitárias, sobretudo através de políticas públicas emancipatórias que articulem com o processo educativo.